

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e relatório dos auditores independentes, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Os principais destaques relacionados com as operações da Companhia estão evidenciados nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Rio de Janeiro, 2014.

BALANÇO PATRIMÔNIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	193.765	156.695	Fornecedores		514.114	706.454
Contas a receber de clientes	6	749.449	269.960	Financiamentos	13	94.275	123.761
Estoques	7	636.504	457.578	Salários e encargos sociais		83.008	46.164
Tributos a recuperar	9	290.357	193.181	Tributos a recolher	16	78.746	16.265
Demais contas a receber		36.373	10.490	Provisões diversas		19.194	7.813
		1.906.448	1.087.904	Demais contas a pagar		71.629	37.323
						860.966	937.780
Não circulante				Não circulante			
Tributos a recuperar	9	180.799	154.752	Financiamentos	13	256.852	176.230
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	136.710	218.364	Tributos a recolher	16	62.949	64.790
Demais contas a receber		30.669	13.588	Contas a pagar a empresas ligadas	8	664.807	1.163.966
Investimentos	10		7.550	Demais contas a pagar		27.537	2.521
Imobilizado	11	5.107.758	3.393.948			1.012.145	1.407.507
Intangível	12	111.806	5.271				
		5.567.742	3.793.473	Patrimônio líquido	19		
Total do ativo		7.474.190	4.881.377	Capital social		7.131.165	4.252.354
				Outros resultados abrangentes	10	(3.524)	
				Prejuízos acumulados		(1.526.562)	(1.716.264)
						5.601.079	2.536.090
				Total do passivo e patrimônio líquido		7.474.190	4.881.377

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2011		4.252.354		(1.530.297)	2.722.057
Resultado abrangente do exercício:				(185.967)	(185.967)
Prejuízo do exercício				(185.967)	(185.967)
Em 31 de dezembro de 2012		4.252.354		(1.716.264)	2.536.090
Resultado abrangente do exercício:				189.702	189.702
Lucro líquido do exercício				189.702	189.702
Contribuições de acionistas					
Aumento de capital	19.1	2.878.811			2.878.811
Perda de participação em controlada	10		(3.524)		(3.524)
		2.878.811	(3.524)		2.875.287
Em 31 de dezembro de 2013		7.131.165	(3.524)	(1.526.562)	5.601.079

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Braskem Qpar S.A. ("Braskem Qpar" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Braskem Qpar tem como atividade principal a produção e comercialização de produtos petroquímicos básicos e resinas termoplásticas, bem como dos seus produtos derivados e correlatos; a importação, exportação, compra, distribuição e venda desses produtos; a prestação, a terceiros, de serviços de assessoria e consultoria técnica e administrativa, relacionados a essas atividades. Seu principal fornecedor de matérias-primas é a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS ("Petrobras") e suas vendas de produtos e serviços destinam-se, principalmente, às empresas de segunda geração da cadeia petroquímica, localizadas, principalmente, na região Sudeste. A Companhia é controlada pela Braskem S.A. ("Braskem"), que detém direta e indiretamente, em 31 de dezembro de 2013, 98,61% e 100%, respectivamente, de participação no seu capital social. **(a) Evento societário:** (i) Em 30 de agosto de 2013, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a incorporação da Rio Polimeros S.A. ("Riopol") pela Companhia. A operação de incorporação tem como objetivo proporcionar a simplificação da atual estrutura societária, e consequente captura de sinergias adicionais e redução de custos financeiros, administrativos e operacionais. O patrimônio líquido da Riopol foi avaliado com data-base 30 de junho de 2013, com base no valor contábil, no montante de R\$ 2.878.812, conforme Laudo de Avaliação Contábil elaborado por empresa especializada. Porém, conforme aprovado em "AGE", a data efetiva da incorporação foi 01 de setembro de 2013, tendo como base o acervo líquido contábil a seguir:

Balanço patrimonial em 31 de agosto de 2013

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	13.289	Fornecedores	131.371
Contas a receber de clientes	303.810	Financiamentos	32.721
Estoques	149.050	Salários e encargos sociais	22.652
Tributos a recuperar	144.355	Tributos a recolher	9.641
Demais contas a receber	13.861	Dividendos e juros sobre o capital próprio	101.830
	624.365	Provisões diversas	788
		Demais contas a pagar	19.562
			318.565
Não circulante		Não circulante	
Créditos com empresas ligadas	1.003.228	Financiamentos	185.588
Tributos a recuperar	23.306	Imposto de renda e contribuição social diferidos	111.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.903	Provisões diversas	306
Depósitos judiciais	228	Demais contas a pagar	1
Demais contas a receber	2.568		297.666
Imobilizado	1.812.531	Patrimônio líquido	
Intangível	106.256	Capital social	2.792.714
	3.009.020	Lucros acumulados	224.440
			3.017.154
Total do ativo	3.633.385	Total do passivo e patrimônio líquido	3.633.385

(ii) Em 27 de novembro de 2013, conforme deliberado em reunião da diretoria, foi aprovada a alienação da totalidade das 50.000 (cinquenta mil) ações, sem valor nominal, de emissão da Common Industries Ltd. ("Common") detidas pela Companhia, da seguinte forma: (i) 5 (cinco) ações à Braskem Incorporated Limited, pelo valor total de US\$259; e (ii) 49.995 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco) ações à própria Common, pelo valor de US\$2.591 mil.

2. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo dos ativos e passivos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior grau de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A autorização da diretoria para emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu no dia 19 de março de 2013. **2.2. Conversão de moeda estrangeira:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real, definida de acordo com o CPC 02 (R2). As transações e os saldos em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou do encerramento do exercício, conforme aplicável. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como "receitas financeiras" e "despesas financeiras" respectivamente. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez e com capacidade de resgate em prazo inferior a três meses. Esses ativos são convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Nota 5). **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação e mensuração:** Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação e empréstimos e recebíveis. Essa classificação depende da finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos. Estes ativos são baixados quando os correspondentes direitos de receber fluxos de caixa tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos. Os eventuais gastos para a aquisição ou alienação dos ativos financeiros mantidos para negociação são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, esses gastos, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo. **(a)** Ativos financeiros mantidos para negociação - são classificados nessa categoria com o objetivo de serem negociados ativa e frequentemente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ativos financeiros mantidos para negociação são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo desses ativos financeiros são apropriados no "resultado financeiro" do período em que ocorrem. **(b)** Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de contratos de mútuo e de conta corrente com empresas ligadas (Nota 8), contas a receber de clientes (Nota 6), demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa (Nota 5). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro". **2.4.2. Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia permanentemente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis, está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem: (a) dificuldade financeira significativa do emitente ou devedor; (b) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital por parte do emitente ou devedor; (c) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira; ou (d) desaparecimento de um mercado ativo para um ativo financeiro do emitente devido a dificuldades financeiras. As perdas são registradas quando

há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado. A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros levados a valor futuro pela taxa de mercado e descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa baseia-se no histórico de perdas e contempla a somatória de (i) 100% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias; (ii) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 90 dias; (iii) 100% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iv) todos os títulos derivados da primeira renegociação e com prazo de recebimento superior a 24 meses; e (v) 100% do montante dos títulos derivados de uma segunda renegociação com os clientes. Os títulos a receber com as empresas ligadas não são considerados neste cálculo. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor futuro e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O prazo de faturamento da Companhia é, em grande parte, de 30 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda (Nota 6). **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras ou de produção ou pelo preço estimado de venda menos os tributos incidentes, dos dois o menor. A Companhia custeia sua produção pelo método de absorção e utiliza o custo médio ponderado para valorizar seus estoques (Nota 7). **2.7. Ativo imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso. Os encargos financeiros são capitalizados sobre o saldo dos projetos em andamento utilizando (i) a taxa média de captação de todos os financiamentos; e (ii) a parte da variação cambial que corresponder à eventual diferença positiva entre a taxa média dos financiamentos no mercado interno e a taxa referida no item (i). As máquinas, equipamentos e instalações da Companhia requerem inspeções, substituições de componentes e outras manutenções em intervalos regulares. A Companhia realiza paradas programadas em intervalos regulares de dois a seis anos para realizar essas atividades. Estas paradas podem envolver a planta como um todo, parte dela, ou mesmo equipamentos relevantes, tais como caldeiras industriais, turbinas e tanques. Paradas que ocorrem a cada seis anos, por exemplo, são geralmente realizadas para a manutenção de plantas industriais como um todo. Os gastos com materiais e serviços de terceiros diretamente atribuíveis a essas paradas são capitalizados quando (i) for provável que tais gastos irão gerar benefícios econômicos futuros que fluirão para a Companhia; e (ii) esses gastos possam ser mensurados de forma confiável. Os gastos de cada parada programada são agregados aos itens do ativo imobilizado objetos da parada e são totalmente depreciados até o início da seguinte correspondente parada. Os gastos com mão de obra própria, o consumo dos pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados, quando incorridos, como custo de produção. Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear. As taxas médias de depreciação e exaustão utilizadas, determinadas com base na vida útil dos bens, estão apresentadas na (Nota 3.2). Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso. A Companhia não atribui valor residual aos bens devido à sua imaterialidade. **2.8. Ativo intangível:** Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes: **2.8.1. Marcas e patentes:** As tecnologias adquiridas de terceiros, são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda ao valor recuperável, quando aplicável. As tecnologias com vida útil definida são amortizadas pelo método linear com base no contrato de aquisição (entre 10 e 20 anos). Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos. **2.8.2. Softwares:** Os softwares são registrados pelo custo líquido da amortização. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos com desenvolvimento interno e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Todos softwares contabilizados têm vida útil definida estimada entre 3 e 10 anos e são amortizados pelo método linear com base nessa vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **2.9. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Os ativos com vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros (Nota 3.3). **2.10. Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A Companhia calcula o ajuste a valor presente ("AVP") para as operações que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras. **2.11. Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subsequentemente, são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. **2.12. Provisões:** Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso financeiro seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável. As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa líquida de impostos, que reflete as avaliações atuais do mercado. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no "resultado financeiro". **2.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda ("IR") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSL") registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado. O IR e CSL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O IR e CSL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados e as projeções são revisados. O IR e CSL correntes ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração dos tributos correntes. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia na apuração de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. **2.14. Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 da seguinte forma: (i) ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. (ii) passivos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	2013	2012
Receita líquida de vendas	21	5.785.632	4.518.030
Custo dos produtos vendidos		(5.172.312)	(4.513.551)
Lucro bruto		613.320	4.479
Receitas (despesas)			
Com vendas		(130.409)	(95.924)
Gerais e administrativas		(55.154)	(48.271)
Resultado de participações societárias	10	139.116	644
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(195.175)	3.154
Lucro (prejuízo) operacional		371.698	(135.918)
Resultado financeiro	22		
Despesas financeiras		(211.264)	(172.972)
Receitas financeiras		60.054	25.795
		(151.210)	(147.177)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		220.488	(283.095)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	15.1	(30.786)	97.128
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		189.702	(185.967)
Média ponderada de ações no exercício (em milhares)		345.212	247.880
Resultado básico e diluído por ação		0,5495	(0,7502)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		220.488	(283.095)
Ajustes para reconciliação do lucro líquido/prejuízo			
Depreciação e amortização	23	315.876	260.219
Resultado de participações societárias	10	(139.116)	(644)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		93.061	94.146
Provisões para perdas e baixas de ativos de longa duração		782	4.681
		491.091	75.307
Variação do capital circulante operacional			
Contas a receber de clientes		(174.755)	(15.173)
Estoques		(23.658)	(2.637)
Tributos a recuperar		44.524	(89.207)
Demais contas a receber		(12.793)	21.465
Fornecedores		(323.712)	291.599
Demais contas a pagar		111.827	34.846
Caixa gerado pelas operações		112.524	316.200
Juros pagos sobre financiamentos		(12.364)	(22.922)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(84)	(28)
Geração de caixa pelas atividades operacionais		100.076	293.250
Efeito da incorporação do caixa de empresa	1(a)(i)	13.289	
Adições ao imobilizado	11	(220.181)	(187.883)
Adições ao intangível			(2)
Aplicação de caixa em investimentos		(206.892)	(187.885)
Divida de curto e longo prazo			
Captações		69.672	878
Pagamentos		(251.283)	(984.090)
Dividendos Pagos		(96.158)	
Partes relacionadas - movimentações correntes líquidas		421.655	993.377
Geração de caixa em financiamentos		143.888	10.165
Geração de caixa e equivalentes		37.070	115.530
Representado por			
Caixa e equivalentes no início do exercício		156.695	41.165
Caixa e equivalentes no final do exercício		193.765	156.695
Aumento de caixa e equivalentes		37.070	115.530

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Dentre as contingências não reconhecidas, a Companhia divulga os principais processos avaliados como de perda possível (Nota 17). (iii) depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores. **2.15. Benefícios a empregados - plano de contribuição definida:** A Companhia é patrocinadora de plano de contribuição definida. Nesse plano, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. **2.16. Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas com vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços durante o curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções e bonificações a clientes. As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e a Companhia não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos para o cliente. A Companhia não realiza vendas com envolvimento gerencial continuado. As vendas da Companhia são, em sua maioria, para clientes industriais e, em menor volume, para revendedores. O momento em que o direito legal, assim como os riscos e benefícios, são substancialmente transferidos para o cliente é determinado da seguinte forma: (i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente no momento em que a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente; (ii) para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos no momento em que os produtos são entregues à transportadora do cliente; e (iii) para os contratos cuja entrega do produto envolve o uso de tubovias, especialmente os insumos básicos, os riscos e benefícios são transferidos imediatamente após os medidores oficiais da Companhia, que é o ponto de entrega dos produtos e transferência de sua propriedade. Os fretes de vendas, de remessas para armazenagem e de transferências de produtos são incluídos no custo dos produtos vendidos. <

*** continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

anualmente pelo Conselho de Administração da Braskem. Esse plano é elaborado pela Diretoria da Braskem, utilizando como principais variáveis, o preço dos produtos fabricados pela Companhia, o preço da nafta, expectativa de crescimento de mercado, Produto Interno Bruto ("PIB"), a variação cambial, a taxa de juros, a taxa de inflação e a flutuação na oferta e demanda de insumos e produtos acabados são obtidas de consultores externos especializados, performance histórica e resultados da Companhia e sua capacidade de criar lucro tributável, melhoria na taxa de utilização das plantas da Companhia com base em crescimento de mercado e programas internos focados em eficiência operacional, incentivos do governo federal específicos para o setor petroquímico no Brasil. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, é feita a baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **3.2. Vida útil de ativos:** A Companhia reconhece a depreciação e a exaustão de seus ativos de longa duração com base na estimativa da vida útil dos bens definida por peritos independentes e referendada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão das plantas da Braskem Qpar. As vidas úteis estabelecidas inicialmente pelos peritos independentes são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas. Em dezembro de 2013, essa análise concluiu pela manutenção, em 2014, das vidas úteis aplicadas no exercício de 2013. Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem as plantas industriais da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, o volume de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as projeções de desatualização tecnológica dos bens. A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o valor total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida. As vidas úteis aplicadas aos bens determinaram as seguintes taxas médias de depreciação e exaustão:

	2013		2012	
	(%)		(%)	
Edifícios e benfeitorias	3,34	4,22	3,34	4,22
Máquinas, equipamentos e instalações	7,43	7,15	7,43	7,15
Móveis e utensílios	10,88	12,37	10,88	12,37
Equipamentos de informática	20,52	23,09	20,52	23,09
Equipamentos de laboratórios	10,65	12,89	10,65	12,89
Equipamentos de segurança	11,15	11,64	11,15	11,64
Veículos	18,29	14,36	18,29	14,36
Outros	15,04	20,79	15,04	20,79

3.3. Teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida: Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida: Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos tangíveis de longa duração e dos intangíveis com vida útil definida não será recuperável. Essa análise tem como base o Plano de Negócios elaborado e aprovado anualmente pela Administração da Braskem (Nota 3.1). Quando é detectada alguma indicação de que o valor desses ativos não será recuperado, a Companhia faz o confronto dos valores contábeis desses ativos com os respectivos valores em uso. Para esse teste, a Companhia utiliza o fluxo de caixa que é elaborado a partir do Plano de Negócios. **3.4. Provisões e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas e tributários. A Administração da Braskem Qpar, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: Perda provável - são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos assessores jurídicos da Companhia; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor da causa. Perda possível - são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância (Nota 17). Perda remota - são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa.

4. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de (i) mercado decorrentes de variações de preço de *commodity* e de taxas de juros; e (ii) crédito das suas contrapartes em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **4.1. Risco de mercado: (a) Exposição a riscos de commodity:** A Companhia está exposta à variação de preços de nafta. Como a Companhia procura repassar as oscilações de preços dessa *commodity* provocadas pela flutuação da cotação internacional, a Companhia não contrata operações de derivativos para se proteger da exposição a riscos de *commodity*. **(b) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"). **4.2. Exposição a riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas-correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o *rating* e os preços observados diariamente no mercado de *Credit Default Swaps* referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (*netting*), que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o seu valor contábil deduzido de quaisquer perdas de valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa. **4.3. Exposição a riscos de liquidez:** A Companhia possui uma metodologia de cálculo para determinação de um caixa operacional que tem o objetivo de garantir liquidez para o cumprimento das obrigações do próximo mês. Adicionalmente, a Companhia possui conta-corrente com a controladora, anulando qualquer risco para a Braskem Qpar. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Braskem Qpar por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado				
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Passivos financeiros					
Fornecedores	514.114				514.114
Financiamentos	13	97.527	101.357	141.731	64.461
Em 31 de dezembro de 2013	611.641	101.357	141.731	64.461	919.190

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e bancos	34.692	17.834
Aplicações financeiras no Brasil	7.888	7.547
no exterior	151.185	131.314
Total	193.765	156.695

As aplicações financeiras correspondem, basicamente, a fundos de aplicação de curto prazo, imediatamente resgatáveis. Essas aplicações foram classificadas como "mantidas para negociação" e estão mensuradas ao valor justo.

6. Contas a receber de clientes

	2013	2012
Clientes no Brasil	311.995	108.514
no exterior	463.080	171.542
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.626)	(10.096)
Total	749.449	269.960

No ativo circulante Total **749.449** **269.960**

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2013	2012
Títulos a vencer	463.199	276.343
Títulos vencidos:		
Até 90 dias	154.341	379
De 91 a 180 dias	95.709	196
A partir de 180 dias	61.826	3.138
	775.075	280.056
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.626)	(10.096)
Total da carteira de clientes	749.449	269.960

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Saldo da provisão no início do exercício	(10.096)	(3.906)
Provisões do exercício	(2.137)	(6.745)
Baixa de títulos considerados incobráveis	567	555
Adição por incorporação de empresa	(13.960)	
Saldo da provisão no final do exercício	(25.626)	(10.096)

7. Estoques

	2013	2012
Produtos acabados	372.812	245.811
Matérias-primas, insumos de produção e embalagens	159.497	135.596
Materiais de manutenção	57.950	43.746
Importações em andamento e outros	46.245	32.425
Total	636.504	457.578

8.1. Saldos patrimoniais:

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas a receber de clientes	Demais contas a receber	Contas a pagar a fornecedores	Demais contas a pagar
Braskem	3.692		28.905	23.342
Braskem Argentina S.A. ("Braskem Argentina")	2.178			
Braskem Incorporated Limited ("Braskem Inc.")	249.532		46.213	
Braskem Netherlands B.V. ("Braskem Holanda")	11.483			
Braskem Petroquímica Ltda. ("Braskem Petroquímica")	47.053		1.814	
Braskem Petroquímica Chile Ltda. ("Petroquímica Chile")	5.546			
IQ Soluções & Química Ltda. ("Quantiq")	9.227		955	
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("RPR")	90			
Petrobras	56.211		156.269	
Total	385.012	234.156	27.373	664.807

(i) Valores referentes a "adiantamento para exportação". (ii) Valores referentes a "dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar". (iii) Trata-se de conta-corrente com a controladora que pode ser executado a qualquer momento, porém por não possuir vencimento, a Companhia classifica como não circulante.

8.2. Transações no resultado:

	Transações no resultado de janeiro a dezembro de 2013		Transações no resultado de janeiro a dezembro de 2012	
	Vendas (despesas) (compras) financeiras	Receitas (despesas) (compras) financeiras	Vendas (despesas) (compras) financeiras	Receitas (despesas) (compras) financeiras
Braskem	163.507	(219)	70.031	22.822
Braskem Argentina	11.579	(189)	15.297	744
Braskem Holanda	59.180	(63.089)	75.639	(9.873)
Braskem Idesa	31.781	1.635		
Braskem Inc.	207.844	18.084	12.544	199
Braskem Petroquímica	574.166		583.120	
Petroquímica Chile	10.101	453	1.232	36
Common		202		38
IQAG	(1.112)			
Lantana		(23)		
Norfolk Trading		1.828		(825)
Quantiq			179.083	163
Riopol	107.861		86.197	
Petrobras	(4.830.867)		(4.588.436)	(349)
Total	(3.521.103)	(41.318)	(3.565.293)	12.955

8.3. Compromissos: • Petrobras: (i) Nafta: A Companhia possui contratos de fornecimento de nafta com a Petrobras. O contrato prevê o fornecimento de nafta às unidades de insumos básicos. O preço da nafta acordado é baseado em diversos fatores, como o próprio preço de mercado da nafta e de uma série de outros derivados de petróleo, a volatilidade dos preços desses produtos nos mercados internacionais, a taxa de câmbio dólar-real e o nível de parafinicidade e contaminantes da nafta entregue. O contrato prevê um consumo anual de 2.000.000 toneladas. (i) Etano, propano, hidrocarbonetos leves de refinaria ("HLR") e energia elétrica. A Companhia possui contrato com a Petrobras para fornecimento de 392,5 mil toneladas/ano de etano, 392,5 mil toneladas/ano de propano, 438,0 Nm³/ano de HLR e 306,6 GWh/ano de energia elétrica. **8.4. Pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração da Companhia é composto por membros da administração da sua controladora e é representado por conselheiros e diretores, para os quais não é atribuída remuneração adicional pela função exercida na Braskem Qpar. Em 2013, levando em consideração as atribuições

11. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Projetos e paradas em andamento	Outros	Total
Custo	97.430	50.462	3.594.247	341.773	52.315	4.136.227
Depreciação acumulada		(12.194)	(708.742)		(21.343)	(742.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	97.430	38.268	2.885.505	341.773	30.972	3.393.948
Aquisições			22.773	181.479	1	204.253
Encargos financeiros capitalizados				15.928		15.928
Transferências		15.746	140.722	(199.667)	43.199	(4.028)
Transferências para o intangível				(4.028)		
Incorporação	7.922	99.932	1.517.112	183.105	4.460	1.812.531
Custo	7.922	130.990	2.305.975	183.105	12.904	2.640.896
Depreciação acumulada		(31.058)	(788.863)		(8.444)	(828.365)
Baixas - valor original			(2.239)		(260)	(2.499)
Baixas - depreciação			1.506		212	1.718
Depreciação		(4.247)	(298.391)		(11.455)	(314.093)
Saldo contábil	105.352	149.699	4.266.988	518.590	67.129	5.107.758
Custo	105.352	197.198	6.061.478	518.590	108.159	6.990.777
Depreciação acumulada		(47.499)	(1.794.490)		(41.030)	(1.883.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	105.352	149.699	4.266.988	518.590	67.129	5.107.758

Os projetos em andamento correspondem, principalmente, a melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos e projetos nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente.

12. Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Transferência do imobilizado	Incorporação	Custo	Depreciação acumulada	Amortização do exercício	Saldo contábil
Custo				66.625					66.625
Amortização acumulada		(4)		88.178				(981)	(981)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12			66.625				(981)	65.656
Transferência do imobilizado				88.178				(981)	88.178
Incorporação					66.625				66.625
Custo				21.553					21.553
Depreciação acumulada				(2.239)					(2.239)
Amortização do exercício				1.506					1.506
Saldo contábil				19.814					19.814
Custo				22.538					22.538
Amortização acumulada				(2.724)					(2.724)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	12			19.814				(2.724)	17.090

13. Financiamentos

	Atualização monetária	Juros médios (exceto quando indicado)	2013	2012
Variação cambial do US\$			5,19%	1.268
BNDES (iv)			6,21%	2.087
BNDES (ii)			6,32% a 6,47%	16.922
BNDES (iii)			2,15% a 3,30%	125.161
Projetos (FUNDES)			6,00%	207.693
Aquisição de máquinas e equipamentos (FINAME)			1,40%	83
Total				351.127

(i) A Companhia antecipou a liquidação deste financiamento. (ii) A Companhia efetuou a liquidação antecipada parcial destes financiamentos. (iii) Financiamento da Riopol, empresa incorporada em agosto/2013. (Nota 1(a.i)). (iv) BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (v) UMBNDES - Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (vi) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. A Companhia capitalizou encargos financeiros durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$15.928 (2012 - R\$16.686), incluindo variação monetária e parte da variação cambial. A taxa média de encargos

14. Instrumentos financeiros

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Nota	Saldo contábil 2013	Saldo contábil 2012	Valor justo 2013	Valor justo 2012
Caixa e equivalentes de caixa			5				
Caixa e bancos				34.692	17.834	34.692	17.834
Aplicações financeiras no Brasil		Nível 2		7.888	7.547	7.888	7.547
Aplicações financeiras no exterior		Nível 2		151.185	131.314	151.185	131.314
				193.765	156.695	193.765	156.695
Contas a receber de clientes				749.449	269.960	749.449	269.960
Partes relacionadas							
Ativos							
Passivos							
Empréstimos e recebíveis				385.012	54.675	385.012	54.675
Outros passivos financeiros				696.345	312.463	696.345	312.463
				1.081.357	367.138	1.081.357	367.138
Outros passivos financeiros							

*** continuação** NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) **Valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: (i) ativos financeiros mantidos para negociação são valorizados de acordo com a hierarquia do valor justo (Nível 2), com *inputs* usados nos processos de mensuração obtidos de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado; (ii) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos; (iii) o valor justo dos financiamentos é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia em instrumentos financeiros similares. (b) **Hierarquia de valor justo:** A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, que requerem a divulgação das mensurações pelo nível da seguinte hierarquia de valor justo: Nível 2 - valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções, tais como o modelo Black-Scholes, quando o derivativo possui características de opção. As premissas de avaliação (*inputs* dos modelos) são obtidas de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado, particularmente as curvas de juros e de cotações futuras de moedas divulgadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros, as taxas de câmbio à vista, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as curvas internacionais de juros divulgadas por serviços de cotações largamente conhecidos, como *Bloomberg* ou *Reuters*.

15. IR e CSL:

15.1. Reconciliação dos efeitos do IR e CSL no resultado:

	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSL	220.488	(283.095)
Resultado de IR e CSL à alíquota de 34%	(74.966)	96.252
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL		
IR e CSL sobre resultado de equivalência patrimonial	47.299	219
Outras diferenças permanentes	(3.119)	657
Efeito do IR e CSL no resultado	(30.786)	97.128
Composição do IR e da CSL:		
IR e CSL - correntes		(221)
IR e CSL - diferidos		(221)
IR e CSL - diferidos	(30.786)	97.349
IR e CSL - diferidos	(30.786)	97.349
Total do IR e CSL no resultado	(30.786)	97.128

15.2. IR e CSL diferidos:

(a) Composição e movimentação do IR e CSL diferidos:

	Impacto no resultado/ (despesa) receita		Em 31 de dezembro de 2013
	Em 31 de dezembro de 2012	Incorporação	
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	285.108	15.140	300.248
Ágios amortizados	3.306	(431)	2.875
Provisões temporárias	17.688	13.855	49.391
Baixa do ativo diferido		43.054	37.502
Amortização de ágios fundamentados em rentabilidade futura	(18.286)	(7.837)	(26.123)
Depreciação fiscal	(68.245)	(45.018)	(224.629)
Outros	(1.207)	(943)	(2.554)
Total do IR e CSL no ativo não circulante	218.364	(50.868)	136.710

(b) Realização do IR e CSL diferidos:

	2015 e 2017 e 2019			
	2013	2014	2016	2018 em diante
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	300.248	5.501	96.428	86.887
Ágios amortizados	2.875	431	863	863
Provisões temporárias	49.391	17.350	4.674	596
Baixa do ativo diferido	37.502	16.655	20.847	
Amortização de ágios fundamentados em rentabilidade futura	(26.123)			(26.123)
Depreciação fiscal	(224.629)	(960)	(1.920)	(1.535)
Outros	(2.554)			(2.554)
Total do IR e CSL no ativo não circulante	136.710	38.977	120.892	86.811

(c) **Medida Provisória nº 627 de 2013:** Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a MP nº 627 que trouxe diversas providências, dentre as quais destacamos as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição (RTT); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ bem como na legislação pertinente à CSL; (iii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As providências da MP indicadas nos itens (i) a (iii) acima entram em vigor a

partir de 2015. Entretanto, a referida MP permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos até a data da publicação da referida MP, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial. Em que pese existir uma tendência da Companhia manifestar-se pela referida adoção antecipada, a decisão final sobre o efetivo exercício de tal opção será tomada quando da conversão do texto final da MP em lei. A Companhia elaborou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação das referidas disposições da MP e concluiu não resultar em ajustes relevantes nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

16. Tributos a recolher

	2013	2012
IPÍ	12.510	3.784
Imposto de renda e contribuição social	4.420	1.882
ICMS	51.061	2.642
Programa de parcelamento - Lei 11.941/09 (i)	66.881	68.375
Outros	6.823	4.372
Total	141.695	81.055

Passivo circulante	78.746	16.265
Passivo não circulante	62.949	64.790
Total	141.695	81.055

(i) Em 27 de maio de 2009, foi editada a Lei 11.941/09, que estabelece as condições para o parcelamento de débitos tributários federais. Dentre essas condições destacam-se: (i) o prazo de pagamento que pode se estender em até 180 meses; (ii) os descontos de multas, juros e encargos que variam de acordo com o prazo de pagamento; e (iii) a possibilidade de utilização do saldo de prejuízos fiscais e da base negativa na liquidação das multas e juros. Atendendo ao disposto na referida Lei, a Braskem Qpar, manifestou a sua adesão a esse parcelamento e recolheu os valores mínimos estabelecidos na lei até a consolidação dos débitos fiscais. Em junho de 2011, a Receita Federal disponibilizou o programa para consolidar os débitos do referido parcelamento. O saldo, em 31 de dezembro de 2013, será pago em 130 meses. Conforme estabelecido na referida lei, a Companhia pode perder todas as reduções de encargos moratórios caso ocorra inadimplemento de três prestações, consecutivas ou não.

17. Contingências

A Companhia tem ações de natureza trabalhista e previdenciária, tributária, cível e societária, cujos riscos de perda foram avaliados como possíveis, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$562 milhões, dentre os quais destacam-se os seguintes principais processos: (i) **ICMS - compras interestaduais:** Em 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sendo cobrada pelo recolhimento de ICMS em face de: • utilização indevida de créditos fiscais nos períodos de fevereiro de 2004 a agosto de 2005, novembro de 2005 a fevereiro de 2006 e setembro de 2006 a janeiro de 2008, decorrente da escrituração dos créditos destacados nas notas fiscais de compras de produtos adquiridos de outra empresa, tendo em vista que as operações destinavam-se à exportação, e, como tal, estariam amparadas pela não incidência do ICMS; • emissão de notas fiscais em operação de armazenagem, sem saída efetiva das mercadorias para o estabelecimento armazenador; • não apresentação de documentos fiscais solicitados pela fiscalização. Em 31 de dezembro de 2013, o valor envolvido é de R\$373 milhões. Não há depósito judicial ou outro tipo de garantia para esse processo. (ii) **ICMS - diversas infrações:** A Braskem Qpar foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sendo cobrada (i) pelo suposto não recolhimento de ICMS, nos períodos de 2002 a 2004, ao realizar operações interestaduais de venda para contribuintes localizados em outro estado, sem que as mercadorias tenham saído do estado de São Paulo, e, (ii) do recolhimento do ICMS e de multas decorrente da utilização de crédito fiscal no período de agosto de 2004 a novembro de 2005, emissão de documentos fiscais sem a correspondente saída das mercadorias e suposta falta de apresentação de documentos fiscais solicitados. No exercício de 2013 a Braskem Qpar pagou o montante de R\$47.746 com as vantagens de Programa Especial de Parcelamento implementado pelo Governo do Estado de SP, eliminando a contingência descrita no item (i) acima, permanecendo em discussão R\$28.581 relativos à contingência descrita no item (ii).

18. Plano de pensão

A Companhia participa como patrocinadora um plano de contribuição definida para seus empregados administrado pela Odebrecht Previdência Privada ("Odeprev"), entidade fechada de previdência privada instituída pela Odebrecht. A Odeprev proporciona aos seus participantes, integrantes das empresas patrocinadoras, o plano optativo de contribuição definida, no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. Em 31 de dezembro de 2013, 1093 participantes da Companhia fazem parte deste plano (2012 - 784 participantes). As contribuições realizadas pela Companhia, no exercício de 2013, totalizaram R\$2.669 (2012 - R\$2.043) e as dos participantes totalizaram R\$6.044 (2012 - R\$4.659).

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$7.131.165 representado por 541.484.761 ações ordinárias. Em 30 de agosto de 2013, a AGE aprovou a incorporação da Riopol, tendo como base o seu patrimônio líquido contábil de 30 de junho de 2013, no montante de R\$2.878.812, nos termos e condições estabelecidos no protocolo e justificação, datado de 19 de agosto de 2013.

19.2. Absorção do saldo de prejuízo acumulado: O lucro líquido do exercício de 2013 foi utilizado para absorver parte do saldo de prejuízos acumulados, nos termos da Lei nº 6.404/76.

20. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas. O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo. Como houve a incorporação da Riopol, o número médio ponderado de ações do exercício é de 345.211.886 ações nominativas (2012 - 247.879.846). Conforme requerido pelo CPC 41, a tabela a seguir demonstra o resultado por ação básico e diluído bem como a média ponderada de ações.

	Básico e diluído	2013	2012
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	189.702	(185.967)	
Média ponderada das ações ordinárias	345.211.886	247.879.846	
Lucro (prejuízo) por ação em circulação (em R\$)	0,5495	(0,7502)	

	Ações ordinárias	Média ponderada
Total de ações em circulação	247.879.846	247.879.846
Saldo em 31 de dezembro de 2012	293.604.915	97.332.040
Saldo em 31 de dezembro de 2013	541.484.761	345.211.886

21. Receita líquida de vendas

	2013	2012
Receita bruta de vendas		
no Brasil	6.236.747	5.192.994
no exterior	1.114.772	868.169
	7.351.519	6.061.163

Deduções de vendas

Tributos, devoluções de vendas e outros	(1.565.887)	(1.543.133)
	(1.565.887)	(1.543.133)
Total	5.785.632	4.518.030

22. Resultado financeiro

	2013	2012
Receitas financeiras		
Receitas de juros de aplicações financeiras mantidas para negociação	2.222	879
Variações monetárias e cambiais	50.745	18.928
Outras	7.087	5.988
Total	60.054	25.795

Despesas financeiras

Despesas com juros	(69.205)	(74.244)
Variações monetárias e cambiais	(58.649)	(55.688)
Descontos concedidos	(4.576)	(6.526)
Ajuste a valor presente - apropriação	(8.176)	(22.477)
Outras	(70.658)	(14.037)
Total	(211.264)	(172.972)
	(151.210)	(147.177)

23. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar na demonstração do resultado suas despesas por função. Conforme requerido pelo CPC 26, está apresentado, a seguir, o detalhamento das despesas por natureza.

	2013	2012
Classificadas por natureza:		
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(4.455.275)	(3.936.932)
Despesas com pessoal	(215.582)	(180.681)
Serviços de terceiros	(203.487)	(165.666)
Despesas tributárias	(17)	(71)
Depreciação e amortização	(315.876)	(260.219)
Frete	(116.813)	(85.446)
Outras despesas	(50.825)	(28.731)
Total	(5.357.875)	(4.657.746)

Classificadas por função:

Custo dos produtos vendidos	(5.172.312)	(4.513.551)
Com vendas	(130.409)	(95.924)
Gerais e administrativas	(55.154)	(48.271)
Total	(5.357.875)	(4.657.746)

24. Cobertura de seguros

Os ativos da Companhia estão incorporados ao programa de gerenciamento de riscos e seguros de sua controladora Braskem. As apólices "All Risks" da Braskem incluem todos os ativos no Brasil e no exterior. Essas apólices possuem Limites Máximos de Indenização (LMI) estabelecidos com base nos valores para Perda Máxima Possível, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Companhia e a orientação de seus consultores de seguros.

DIRETORIA	
Isabel Bernardo Dias de Figueiredo	Luciano Nitirini Guidolin
Marcelo de Oliveira Cerqueira	Mario Augusto da Silva

CONTADOR	
Ricardo Cubeiro Rodrigues - CRC 1SP144999/O-1 "S" RJ	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Braskem Qpar S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Braskem Qpar S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com

base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e

a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Braskem Qpar S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 19 de Março de 2014

pwc	Fábio Cajazeira Mendes
PricewaterhouseCoopers	Contador CRC 1SP196825/O-0 "S" RJ
Auditores Independentes	
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ	